

O PIB DO 2º TRIMESTRE E O RETRATO DA ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA

Gilmar Mendes Lourenço

Os números relativos ao desempenho da economia brasileira no segundo trimestre de 2018, disponibilizados pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam, por meio de uma observação bastante otimista, o retrato da recuperação de negócios extremamente vagarosa, depois da mais longa e profunda recessão da história da nação, marcada pelo encolhimento acumulado de 8,5% do produto interno bruto (PIB) entre abril de 2014 e março de 2017.

O produto interno bruto (PIB) da nação cresceu 0,2% entre abril e junho de 2018, em relação os três meses imediatamente antecedentes, sendo a sexta alta depois de oito quedas seguidas. O desempenho foi puxado por serviços (0,3%), pois a indústria encolheu 0,6% e a agropecuária apresentou crescimento zero. Pela ótica final, o consumo do governo e os gastos das famílias acusaram incremento de 0,5% e 0,1%, respectivamente, e as exportações, importações e formação bruta de capital fixo declinaram 5,5%, 2,1% e 1,8%, respectivamente.

Já, a taxa de investimento situou-se em 16,0% do PIB, a mesma dimensão constatada no primeiro trimestre de 2018 e superior à apurada no segundo trimestre de 2017 (15,3% do PIB), que revela tímida reação das inversões em ampliação e modernização da capacidade produtiva.

Daí que as interpretações carregadas de maior conteúdo crítico permitem supor, na sequência da superação do ciclo contracionista, a ocorrência de uma espécie de mergulho em uma fase de estagnação dos níveis de atividade, reforçado pela combinação de fatores adversos produzidos fora e dentro das fronteiras geográficas do país, que constituem os grandes entraves a uma vigorosa retomada expansiva.

Pelo ângulo das influências externas emerge os riscos de desaceleração do ritmo de variação da economia mundial, provocados pela conjugação entre elevação dos juros, por conta de generalizados repiques inflacionários, e os impactos das incursões protecionistas praticadas pelo governo de Donald Trump, atingindo notadamente as importações americanas procedentes do mercado chinês.

Acoplada a essa perspectiva, no plano doméstico, o limitado fôlego do aparelho de transações pode ser imputado a quatro componentes principais. O primeiro deles compreende a atitude exageradamente cautelosa do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), ao optar pela interrupção, na reunião de 16 de maio de 2018, da trajetória de doze cortes consecutivos da taxa de juros primária, conhecida como Selic, que desceu de 14,25% ao ano, em outubro de 2016, para 6,5% a.a., em março de 2018.

Não bastasse a interferência da mensagem confusa transmitida pela autoridade monetária aos mercados, sinalizando provável diminuição da Selic para 6,25% a.a., no mencionado encontro de 2018, a imediata formação de cenários de impulso do custo do crédito para giro e, sobretudo, investimentos, incitou o engavetamento de planos empresariais de ampliação da capacidade de produção.

O segundo elemento interno determinante da compressão da retomada repousou nos desdobramentos da paralisação do transporte rodoviário de cargas, verificada na última semana de maio, que, além de ocasionar desabastecimento de inúmeros itens de consumo essencial, sobretudo alimentos e remédios, e insumos necessários à manutenção das linhas de produção, resultou em apreciável barriga inflacionária.

Tanto é assim que o índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), medido pelo IBGE para uma cesta de produtos utilizados por famílias com renda mensal entre um quarenta salários mínimos, subiu de 2,8% para 4,5% entre os doze meses encerrados em abril e julho de 2018, com reduzidas chances de regressão aos patamares anteriores, em curto prazo.

Uma terceira causa endógena da debilidade econômica e do delineamento de prognósticos de perenidade da situação desconfortável reside na multiplicação das apreensões quanto aos rumos do evento eleitoral, particularmente no tocante às incertezas relacionadas às plataformas econômicas, em decorrência das manifestações vagas e/ou fantasiosas dos postulantes com efetivas chances de vitória no pleito presidencial.

O medo de contrariar os eleitores parece explicar a ausência de reconhecimento, por parte dos candidatos, acerca dos dias difíceis a serem enfrentados a partir de 2019.

Em outras palavras, o medo de contrariar os anseios da população votante e o desejo de penetração junto às massas das distintas correntes ideológicas parece justificar a ausência de reconhecimento, por parte dos candidatos, acerca dos dias difíceis a serem enfrentados pela população, a partir de 2019.

Igualmente não há explicitação consistente de teses e compromissos com a dimensão e urgência das reformas estruturais ou a definição de propostas factíveis a respeito de como realizá-las. Em lugar disso, proliferam ideias descoladas da severidade do quadro atual e subavaliações das amarras impostas pelo déficit e endividamento público - os maiores em relação ao PIB, entre os países do G20 - e a vagarosa recuperação econômica.

Só a título de ilustração, com respeito ao déficit primário, Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB) anunciaram a zeragem em dois anos, e Jair Bolsonaro (PSL), em um ano. Quanto às despesas públicas com educação, Lula (PT), Marina Silva (Rede) e Ciro preconizam a despropositada elevação do nível de 6,0% do PIB, atual, para 10,0% do PIB, em 2024. Bolsonaro também defende um festival de privatizações e a aplicação do regime de capitalização no sistema previdenciário.

A quarta raiz local da estagnação, fruto do acirramento das tensões associadas à natureza turva das opções de orientação macroeconômica, subjacente ao clima político, constitui a intensificação de movimentos especulativos em direção às carteiras de risco e, por extensão, depreciação do real e majoração das despesas financeiras das corporações detentoras de volume de ativos inferiores aos passivos em moeda estrangeira.

Isso é particularmente mais grave quando se considera a persistência de elevados níveis de endividamento e inadimplência das famílias, em um ambiente de funcionamento precário do mercado de trabalho. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, a taxa de subutilização da mão de obra – que agrega pessoas que estão desempregadas a procura de trabalho, subocupadas e que desistiram de procurar ocupação – chegou a 24,5% da população economicamente ativa (PEA), no trimestre maio-julho de 2018, o que corresponde a 27,6 milhões de brasileiros à margem do mercado de consumo.

Não por acidente, as previsões de expansão do PIB brasileiro para 2018, feitas por analistas das mais de cem instituições financeiras consultadas por pesquisa semanal do BC, recuaram de quase 3,0%, no começo do ano, para 1,4%, no começo de setembro de 2018.